

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRAS





1ª Audiência Pública do Município de Castanheiras de 2019

30/01/2019 10:00 hs



DADOS CONTÁBEIS

GESTÃO FISCAL 2º SEMESTRE 2018

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 6º BIMESTRE 2018

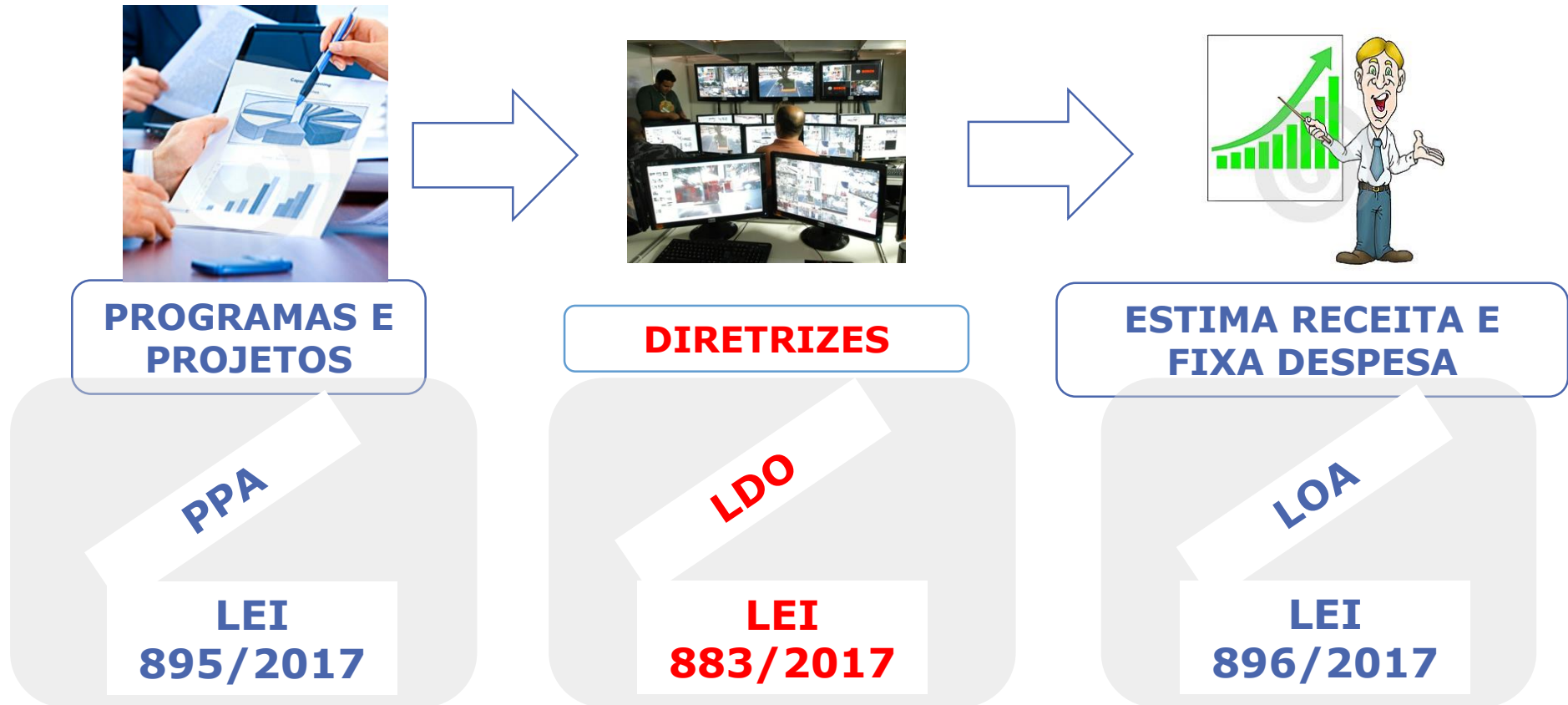


Alcides Zacarias Sobrinho
Prefeito Municipal

Diones Rocha Paulino
Secretário de Fazenda

Melissa de Cássia Barbieri
Controladora Interna

Jose Sergio dos Santos Cardoso
Contador



Plano Plurianual
Lei de Diretrizes Orçamentárias
Lei Orçamentária Anual

| ORÇAMENTO | RECEITA | DESPESA |
|------------------------|----------------|----------------|
| INICIAL | 16.057.691,24 | 14.524.765,40 |
| ATUALIZADA | 17.923.426,59 | 18.775.709,22 |
| REALIZADA/EMPENHADA | 18.658.322,91 | 16.466.687,58 |
| LIQUIDADAS | | 15.845.246,15 |
| PAGAS | | 15.576.075,92 |
| SUPERAVIT ORÇAMENTARIO | 2.813.076,76 | |

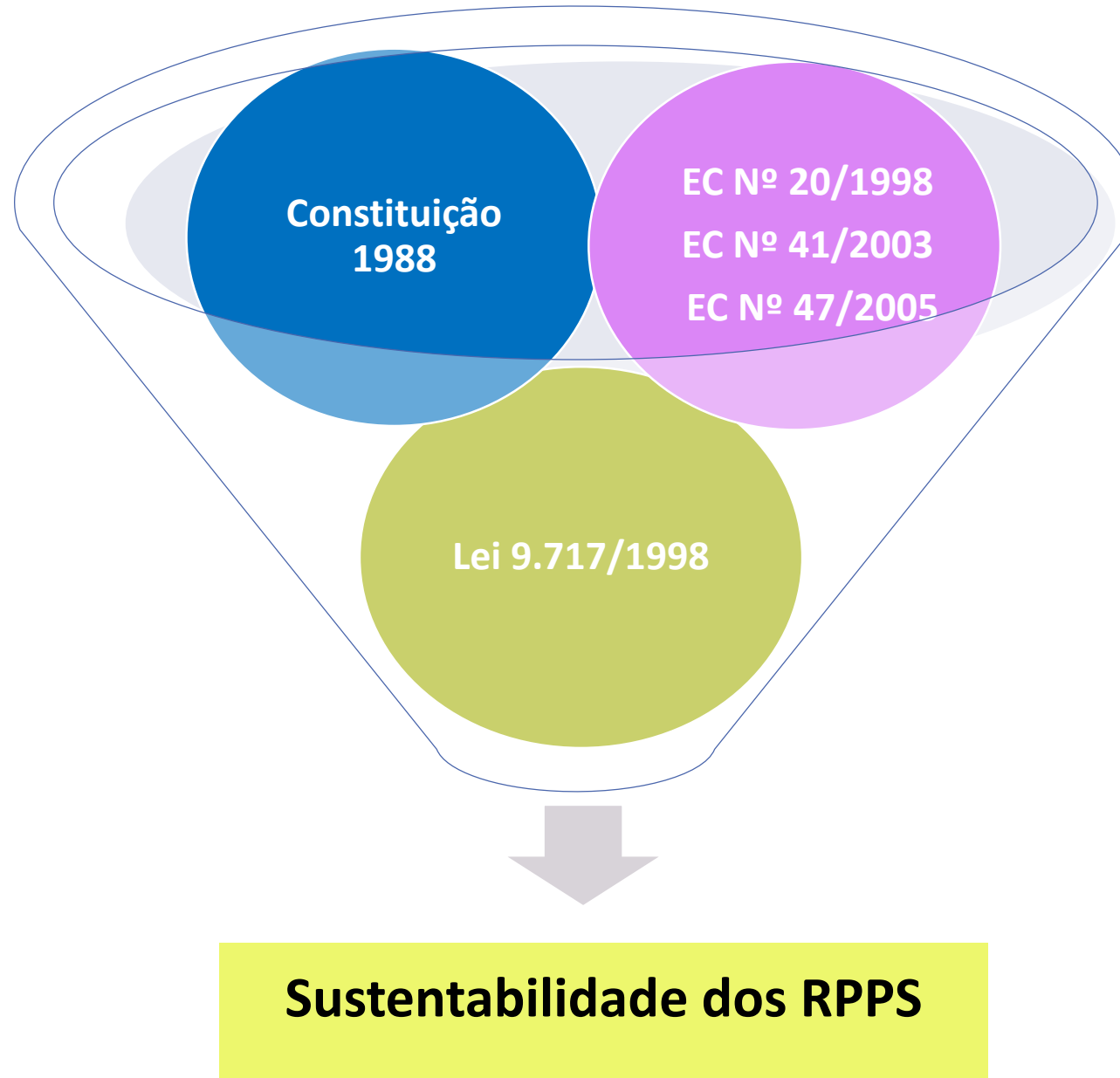
Obs. Reserva de contingencia, Prefeitura e IPC!!!!!!.

PLANO PREVIDENCIARIO 2018

| | |
|--------------------------|--------------|
| RECEITA PREVISTA | 2.884.000,00 |
| RECEITA REALIZADA | 2.765.910,96 |
| DESPESA LIQUIDADAS | 1.006.601,50 |
| RESULTADO PREVIDENCIARIO | 1.744.445,13 |

PLANO FINANCEIRO 2018

| | |
|--------------------------|------|
| RECEITA REALIZADA | 0,00 |
| DESPESA LIQUIDADAS | 0,00 |
| RESULTADO PREVIDENCIARIO | 0,00 |



| PLANO PREVIDENCIARIO | | | | |
|----------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | EXERCICIO | 10 ANOS | 20 ANOS | 30 ANOS |
| RECEITAS | 2.858.428,90 | 2.429.435,08 | 3.138.202,19 | 3.072.761,93 |
| DESPEAS | 1.526.697,80 | 1.447.279,29 | 2.347.285,75 | 2.784.608,98 |
| RESULTADO | 1.331.731,10 | 982.155,79 | 790.916,44 | 288.152,95 |

| PLANO PREVIDENCIARIO | | | | |
|----------------------|-----------|---------|---------|---------|
| | EXERCICIO | 10 ANOS | 20 ANOS | 30 ANOS |
| RECEITAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPEAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RESULTADO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |



Planejamento

AMF e ARF



Monitoramento

RREO



Verificação de limites

RGF

Anexo de Metas Fiscais
Anexo de Riscos Fiscais
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Relatório de Gestão Fiscal

Lei nº 101/2000 LRF

Art. 54. Ao final de cada **quadrimestre** será emitido pelos titulares dos **Poderes e órgãos** referidos no art. 20 Relatório de Gestão Fiscal, ...

.....

Art. 63. É facultado aos municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes....

I -

II – **Divulgar semestralmente:**

b) O relatório de Gestão Fiscal

Dar **transparência** à gestão fiscal do titular do Poder/órgão realizada no período, principalmente por meio da verificação do cumprimento dos limites.

Fundamento Legal

- Artigo 9º parágrafo 4º da Lei Complementar 101/00 da Lei de Responsabilidade Fiscal

Demonstrativo da Despesa de Pessoal

Demonstrativo da Dívida Consolidada

Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

Demonstrativo das Operações de Crédito e despesa de capital

Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a pagar

**Segundo
Semestre
2018**

Demonstrativo da Despesa de Pessoal

Demonstrativo da Dívida Consolidada

Demonstrativo das Garantias e Contra garantias de Valores

Demonstrativo das Operações de Crédito e despesa de capital

Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a pagar *

**Segundo
Semestre
2018**

CF / 88

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em **lei complementar**.

LC 101/2000

Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, **não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida**, a seguir discriminados:

- I - **União: 50%** (cinquenta por cento);
- II - **Estados: 60%** (sessenta por cento);
- III - **Municípios: 60%** (sessenta por cento).

Dar **transparência** à despesa com pessoal de cada um dos Poderes e órgãos com autonomia administrativa, orçamentária e financeira conferida na forma da Constituição, notadamente quanto à adequação aos **limites** de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF

- ✓ A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o **regime de competência**.
- ✓ Despesa com pessoal do Poder/Órgão executada nos últimos 12 (doze) meses:

Despesa bruta com pessoal

Despesas não computadas para fins de verificação do limite

Despesa total com pessoal

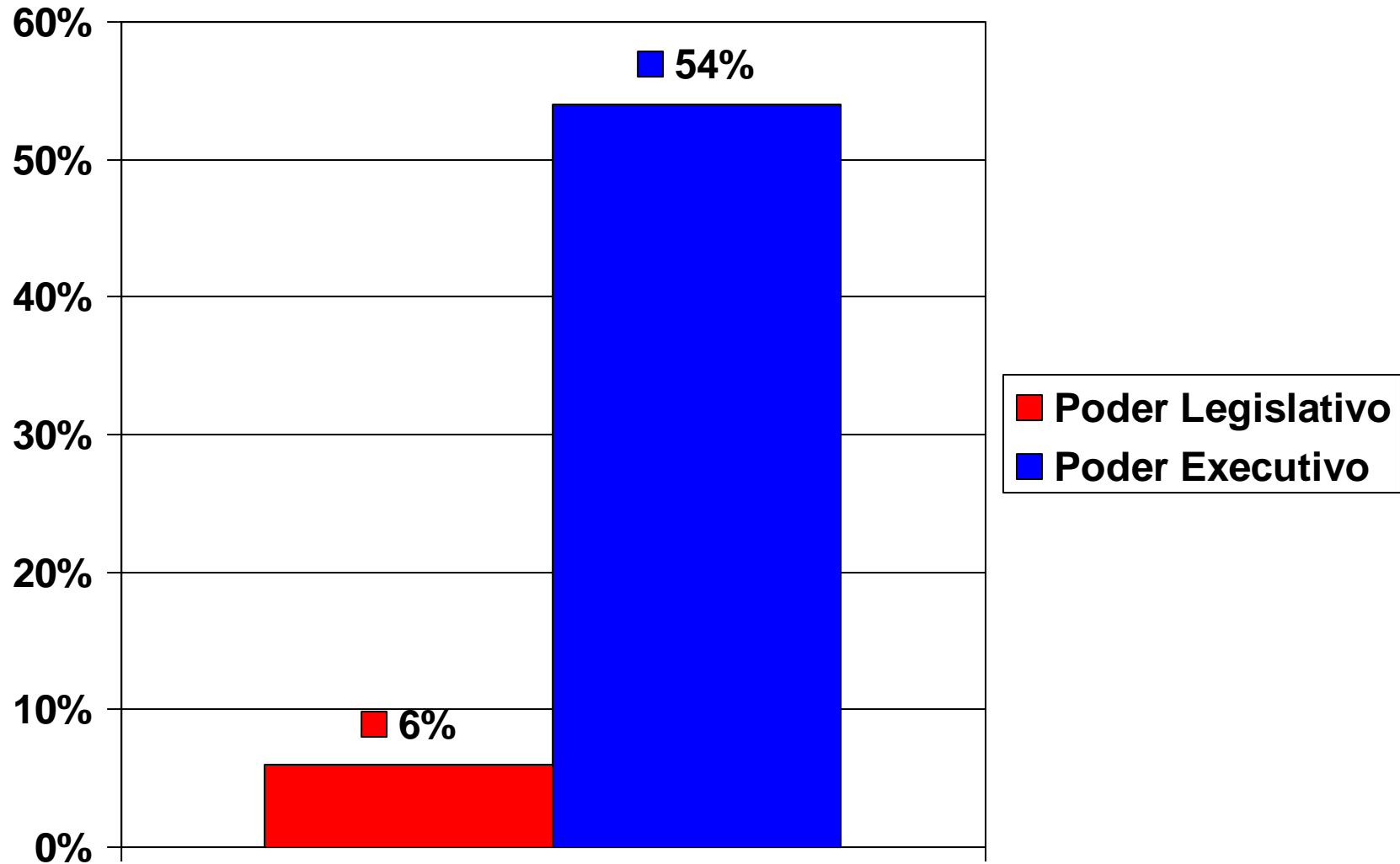
% da despesa total com pessoal em relação à RCL

Limites máximo, prudencial e de alerta

- Efetivo exercício de cargo, emprego ou função de confiança no setor público
- Obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de salários
- Contribuição a entidades de previdência
- Ressarcimento de pessoal requisitado
- Contratação temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público
- Terceirizados que substituem servidor ou empregado público

- Conselheiros tutelares
- Pessoal inativo e pensionistas
- Benefícios previdenciários
- Sentenças Judiciais de Pessoal
- Despesas de Exercícios Anteriores relacionadas a pessoal
- Incentivo à demissão voluntária

Município: 60% da Receita Corrente Líquida



PODER EXECUTIVO

Limite prudencial de 95% do limite = 51,30%

Limite de alerta de 90% do limite máximo = 48,60%

Limite MÁXIMO = 54% da RCL

É **nulo** de pleno direito o ato que aumente despesa de pessoal:

PODER LEGISLATIVO

Limite MÁXIMO = 6% da RCL Municipal

Receitas ate sete por cento das receitas do exercício anterior,
conforme Art. 29-A da CF

Não pode exceder a 70%(setenta por cento) da sua receita anual

É **nulo** de pleno direito o ato que aumente despesa de pessoal:

RECEITA CORRENTE LIQUIDA – RCL 2018

Obs: Período - Jan/2018 a Dez/2018

R\$ 16.436.908,56

PODER EXECUTIVO

| | | |
|-------------|------------------|--------|
| 1º Sem 2018 | R\$ 7.664.506,29 | 50,31% |
|-------------|------------------|--------|

| | | |
|-------------|------------------|--------|
| 2º Sem 2018 | R\$ 7.876.186,26 | 47,92% |
|-------------|------------------|--------|

PODER LEGISLATIVO

| | | |
|-------------|----------------|-------|
| 1º Sem 2018 | R\$ 539.847,73 | 3,54% |
|-------------|----------------|-------|

| | | |
|-------------|----------------|-------|
| 2º Sem 2018 | R\$ 510.187,19 | 3,10% |
|-------------|----------------|-------|

TOTAL GERAL

| | | |
|-------------|------------------|--------|
| 1º Sem 2018 | R\$ 8.204.354,02 | 53,85% |
|-------------|------------------|--------|

| | | |
|-------------|------------------|--------|
| 2º Sem 2018 | R\$ 8.386.373,45 | 51,02% |
|-------------|------------------|--------|

RECEITA REPASSE PODER EXECUTIVO

Obs: Período – Jan/2018 a Dez/2018

R\$ 745.873,20

DESPESA PODER LEGISLATIVO

2º Sem 2018 R\$ 510.187,19

68,40%

Demonstrativo da Despesa de Pessoal

Demonstrativo da Dívida Consolidada

Demonstrativo das Garantias e Contra garantias de Valores

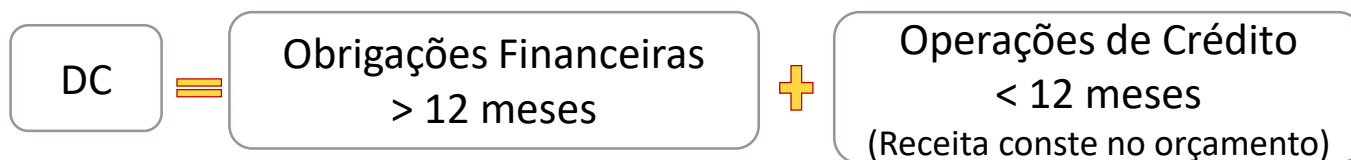
Demonstrativo das Operações de Crédito e despesa de capital

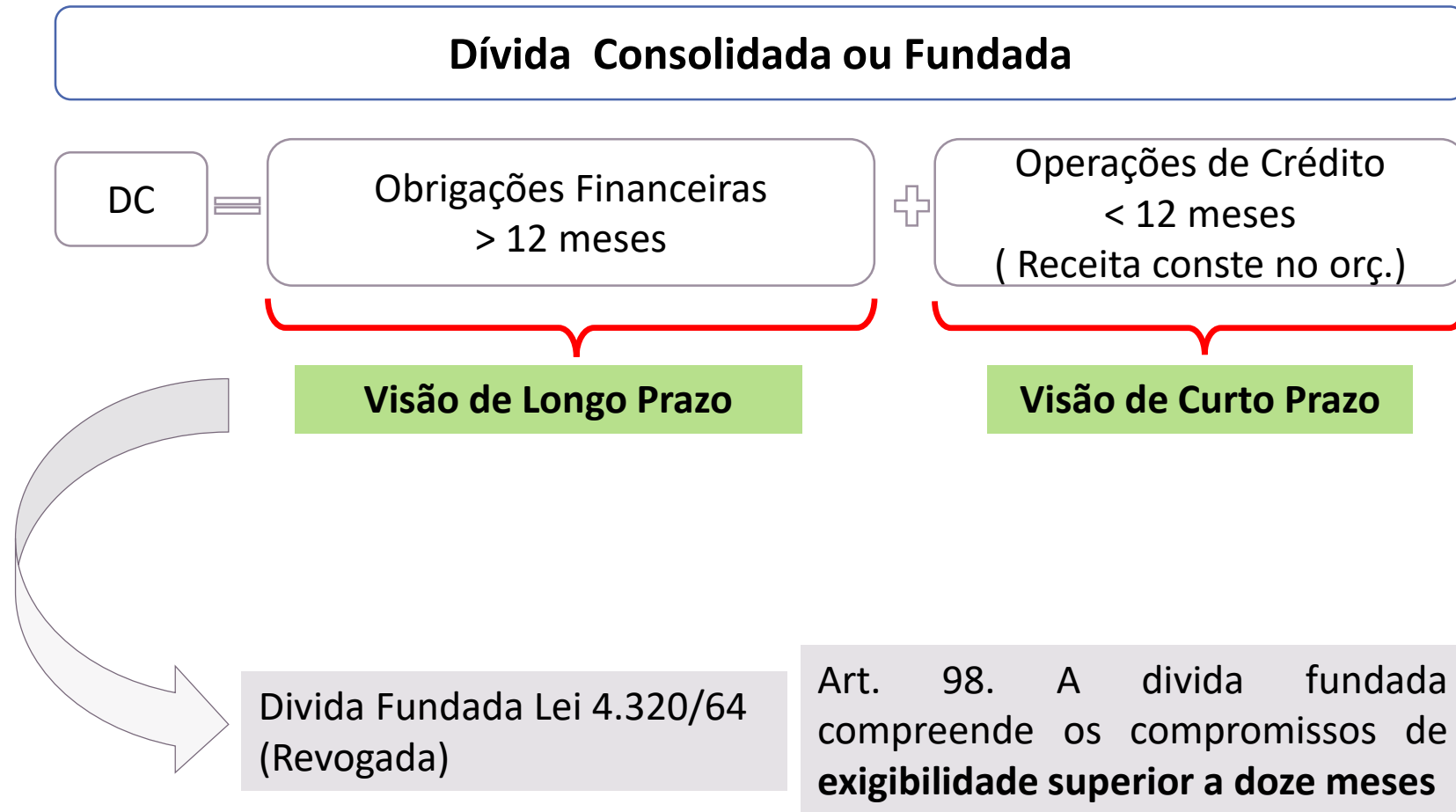
Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a pagar *

**Segundo
Semestre
2018**

Conceito de Dívida Consolidada ou Fundada (LRF)

Montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do Ente da Federação assumidas em virtude de leis, contratos, convênios, tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses. [\(LRF Art. 29, I\)](#)





- **Exigibilidade Contábil:** independe de questões de cunho orçamentário e segrega as dívidas em curto (**passivo circulante**) ou longo prazo (**passivo não-circulante**).
- Nesse sentido, parte da **Dívida Consolidada ou Fundada (conceito fiscal)** deve ser contabilmente classificada como dívida de **longo prazo** e parte classificada como dívida de **curto prazo**.

Resumo dos Limites para o endividamento

| DISCRIMINAÇÃO | LIMITE | BASE LEGAL |
|---|-----------|-----------------------|
| Dívida de Municípios | 120% RCL | RSF 40/01, Art 3º, II |
| Operações de crédito de E, DF, M – <i>por exercício.</i> | 16% RCL | RSF 43/01, Art 7º, I |
| Amortização, juros e encargos da dívida dos E, DF, M - <i>por exercício.</i> | 11,5% RCL | RSF 43/01, Art 7º, II |
| Garantias concedidas por E, DF, M | 22% RCL * | RSF 43/01, Art 9º |
| AROs dos E, DF, M - <i>por exercício.</i> | 7% RCL | RSF 43/01, Art 10 |

***DIVIDA CONSOLIDADA 2º SEMESTRE
2018 – 1,78% DA DC SOBRE A RCL***

R\$ 292.508,79

Parcelamento e Renegociação de dívidas de contribuições previdenciárias e instituição não financeira

Resumo dos Limites para o endividamento

| DISCRIMINAÇÃO | LIMITE | BASE LEGAL |
|---|-----------|-----------------------|
| Dívida de Municípios | 120% RCL | RSF 40/01, Art 3º, II |
| Operações de crédito de E, DF, M – <i>por exercício.</i> | 16% RCL | RSF 43/01, Art 7º, I |
| Amortização, juros e encargos da dívida dos E, DF, M - <i>por exercício.</i> | 11,5% RCL | RSF 43/01, Art 7º, II |
| Garantias concedidas por E, DF, M | 22% RCL * | RSF 43/01, Art 9º |
| AROs dos E, DF, M - <i>por exercício.</i> | 7% RCL | RSF 43/01, Art 10 |

**DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA 2º SEMESTRE
2018 – -24,49% DA DCL SOBRE A RCL**

R\$ -4.025.284,63

Parcelamento e Renegociação de dívidas de contribuições previdenciárias e instituição não financeira

| DIVIDA | VALORES R\$ | % SOBRE A RCL |
|----------------------------|----------------------|----------------------|
| DIVIDA CONSOLIDADA | 292.508,79 | 1,78 |
| DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA | -4.025.284,63 | -24,49 |
| LIMITE SENADO | 19.724.290,27 | 120% |

Demonstrativo da Despesa de Pessoal

Demonstrativo da Dívida Consolidada

Demonstrativo das Garantias e Contra garantias de Valores

Demonstrativo das Operações de Crédito e despesa de capital

Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a pagar *

Segundo
Semestre
2018

LC 101/2000

Art. 55. O relatório conterá:

...

c) concessão de garantias

RSF 43/2003

Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências.

RSF 48/2007

Dispõe sobre os limites globais para as operações de crédito externo e interno da União, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público federal e estabelece limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.

Assegurar a **transparência** das garantias oferecidas a terceiros por Ente da Federação e verificar os **limites** de que trata a LRF, bem como das contra garantias vinculadas, decorrentes das operações de crédito internas e externas.

Consideram-se **garantia** concedida, as **fianças e avais concedidos** pelo ente, em operações de crédito, inclusive com recursos de fundos de aval, a assunção de risco creditício em linhas de crédito, o seguro de crédito à exportação e outras garantias de natureza semelhante que representem compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual.

- ✓ **Garantia Interna:** relativa a obrigações contraídas no País junto a credores no país.
- ✓ **Garantia Externa:** relativa a obrigações contraídas junto a organizações multilaterais de crédito, agências governamentais estrangeiras ou outros credores sediados no exterior.

Contra garantia é a contrapartida oferecida pelo ente federativo que irá receber uma garantia, de forma que seja em **valor igual ou superior** ao da garantia a ser concedida, e que abranja o **ressarcimento integral** dos custos financeiros decorrentes da cobertura de eventual inadimplemento.

- ✓ Contra garantia **Interna**
- ✓ Contra garantia **Externa**

✓ Estado, Municípios e DF
22%* RCL

*Poderá ser elevado para 32% da RCL caso o garantidor cumpra também todos os requisitos abaixo:

- a) não tenha sido chamado a honrar, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, a contar do mês de análise, quaisquer garantias anteriormente prestadas;
- b) esteja cumprindo o limite da dívida consolidada líquida;
- c) esteja cumprindo os limites de despesa com pessoal;
- d) esteja cumprindo o Programa de Ajuste Fiscal acordado com a União.

GARANTIAS CONCEDIDAS

✓ EXTERNAS R\$ 0,00

✓ INTERNAS R\$ 0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS

✓ EXTERNAS R\$ 0,00

✓ INTERNAS R\$ 0,00

Demonstrativo da Despesa de Pessoal

Demonstrativo da Dívida Consolidada

Demonstrativo das Garantias e Contra garantias de Valores

Demonstrativo das Operações de Crédito e despesa de capital

Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a pagar *

Segundo
Semestre
2018

Evidenciar todas **operações de crédito** realizadas pelo ente ao longo do exercício e verificar o **cumprimento do limite** estabelecido pelo Senado Federal.

Compromisso financeiro assumido em razão de:

mútuo

abertura de crédito

arrendamento mercantil

emissão e aceite de título

aquisição financiada de bens

recebimento antecipado de valores da venda de bens e serviços

operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

Operações equiparadas

assunção

reconhecimento

confissão de dívidas

Obrigatoriedade Legal - RGF

Art. 55. O relatório conterá:

I - comparativo com os limites de (...),
dos seguintes montantes:

b) dívidas consolidada e mobiliária;

d) operações de crédito, inclusive por
antecipação de receita;

Periodicidade

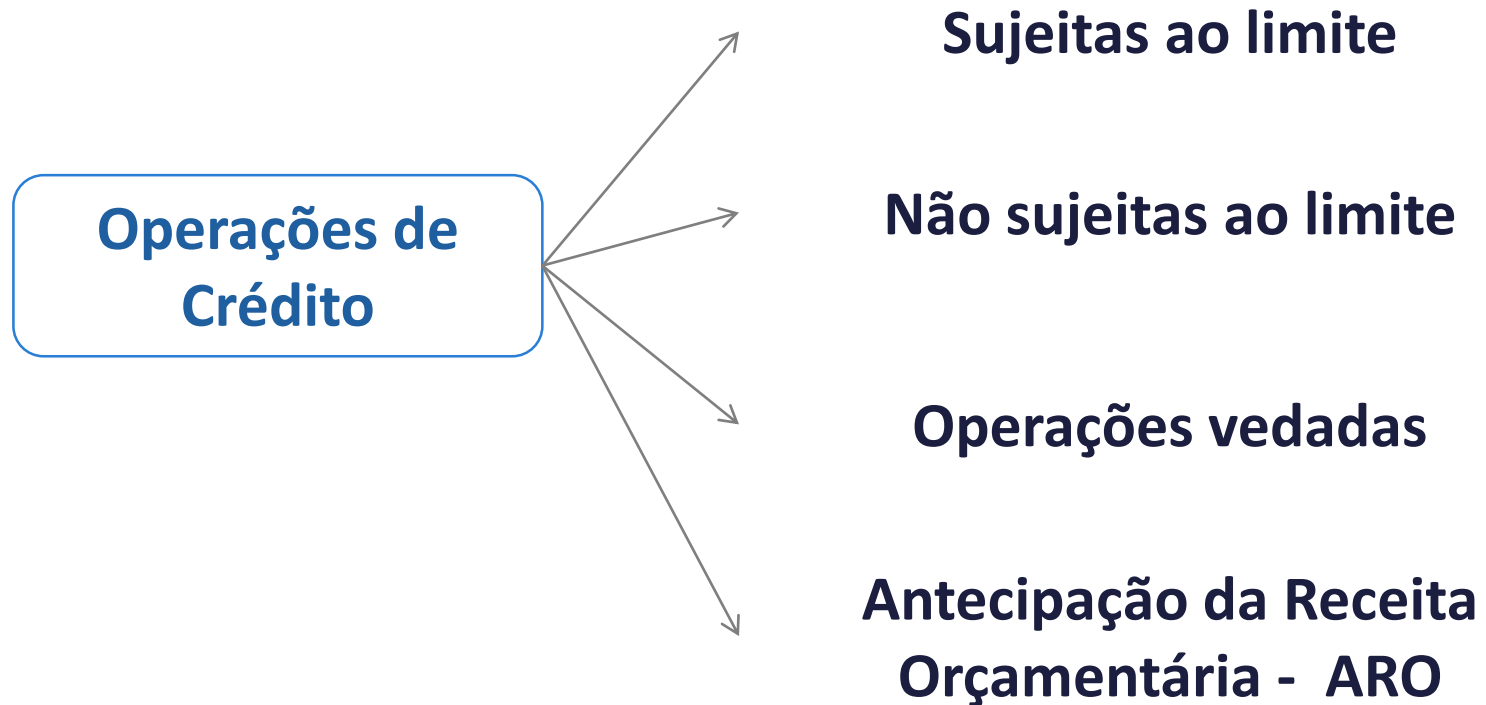
Até 30 (trinta dias) após o encerramento
de cada quadrimestre / semestre.

Responsabilidade de Publicação

Poder Executivo

✓ Estado, Municípios e DF
16% RCL

Informações Evidenciadas



INTERNAS

COPEM/STN/MF aprecia:

Indefere ou

Analisa

RSF 43/01 Art. 21

EXTERNAS

COPEM/STN/MF aprecia:

Indefere ou

Encaminha **parecer conclusivo** ao SF

SENADO FEDERAL:

Indefere ou

Autoriza

RSF 43/01 Art. 28, I e II

**OPERAÇÕES DE
CREDITO
CASTANHEIRAS-RO
R\$ 0,00**

**DESPESA DE CAPITAL
LIQUIDA ATE PERIODO
R\$ 1.146.259,98**

Demonstrativo da Despesa de Pessoal

Demonstrativo da Dívida Consolidada

Demonstrativo das Garantias e Contra garantias de Valores

Demonstrativo das Operações de Crédito

Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a pagar

**Segundo
Semestre
2018**

Dar **transparência** ao montante disponível para fins de inscrição em **restos a pagar** de despesas não liquidadas.

LC Nº 101/2000

Art. 54. Ao final de cada quadrimestre será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20 **Relatório de Gestão Fiscal...**

Art. 55. O relatório conterá:

III - demonstrativos, no último quadrimestre:

- a) do montante das **disponibilidades de caixa** em trinta e um de dezembro;
- b) da inscrição em **Restos a Pagar**, das despesas: liquidadas, empenhadas e não liquidadas, não inscritas por falta de disponibilidade de caixa.

De que é composta a disponibilidade de caixa bruta?



De ativos de alta liquidez como caixa, bancos, aplicações financeiras e outras disponibilidades financeiras

Destinação de recursos

É o processo pelo qual os recursos públicos são correlacionados a uma aplicação

Destinação vinculada

É o processo de vinculação entre a origem e a aplicação de recursos, em atendimento às finalidades específicas estabelecidas pela norma

Destinação ordinária

É o processo de alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades

- Os **recursos vinculados** a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, **ainda que em exercício diverso**.
- A **criação de vinculações** para as receitas deve ser pautada em mandamentos legais que regulamentam a aplicação de recursos.
- Caso o sistema de contabilidade não propiciar a extração das informações por recurso vinculado, o gestor deve ser capaz de emitir o demonstrativo.
- A disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem **identificados e escriturados de forma individualizada**.

É **vedada** a aplicação das disponibilidades de caixa dos Regimes de Previdência Social, Geral e Próprio

Em **títulos da dívida** pública estadual e municipal, bem como em ações e outros papéis relativos às **empresas controladas** pelo respectivo ente da Federação



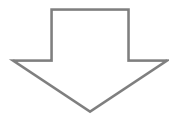
Em **empréstimos**, de qualquer natureza, aos segurados e ao Poder Público, inclusive às suas empresas controladas.



Art. 36. Consideram-se **restos a pagar** as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as **processadas das não processadas**.

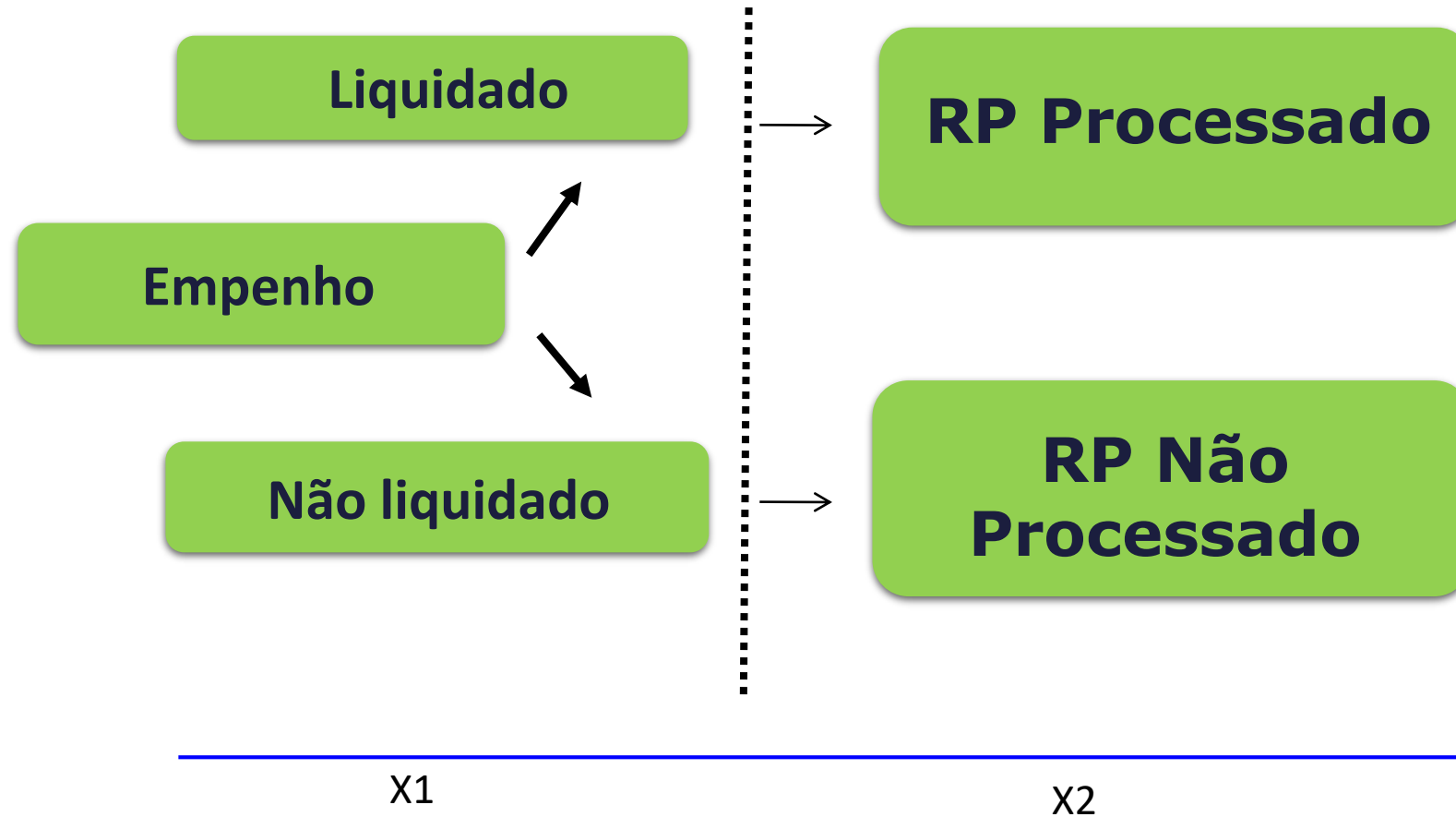
Os restos a pagar visam **compatibilizar** o término do exercício financeiro com a continuidade da administração pública.

Ex.: O fornecedor não consegue entregar o produto no prazo.



O empenho deve ser feito com respectiva reserva financeira.





Disponibilidade de Caixa Bruta em 31 de
Dezembro de 2018, inclusive o RPPS
R\$ 6.528.156,70

RP Processado e não Processado

Obrigações Financeiras, inclusive o RPPS

RP Processados, não processados

exercícios anteriores e demais obrigações

R\$ 1.028.034,47

Disponibilidade de Caixa Liquida, exceto
aplicações IPC

R\$ 5.500.122,23

PODER EXECUTIVO

Recursos Vinculados R\$ 2.391.546,56

Recursos Ordinários R\$ 1.232.108,45

Instituto Previdência R\$ 1.838.671,26

Aplicações IPC R\$ 10.279.770,52

PODER LEGISLATIVO

Câmara de vereadores R\$ 35.266,34

Disponibilidade de Caixa e Investimentos
INSTITUTO DE PREVIDENCIA ATE DEZ 2018

R\$ 12.118.441,78

AUMENTO DE 44,03% EM 2 ANOS

| | | |
|----------------|-------------------|--------|
| Caixa Imediato | R\$ 1.838.671,26 | |
| Aplicações IPC | R\$ 10.279.770,52 | |
| Final de 2016 | R\$ 8.413.931,17 | |
| Final de 2017 | R\$ 10.244.735,59 | |
| Acrescimo 2017 | R\$ 1.830.804,42 | 21,75% |
| Acrescimo 2018 | R\$ 1.873.706,19 | 18,29% |

RP Não Processados exercícios anteriores
e demais obrigações

R\$ 130.771,06

RP Processados Restos a pagar

R\$ 275.821,78

Despesas a liquidar(a processar)

R\$ 621.441,43

Despesas Anuladas por Insuficiência Financeira

R\$ 0,00

Total de RPs e obrigações R\$ 1.028.034,47

Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

| ORGAO | PROCESSADOS | A PROCESSAR |
|--------------------------|--------------------|--------------------|
| PODER EXECUTIVO | 125.142,54 | 422.291,22 |
| FUNDO SAUDE | 50.266,89 | 184.953,12 |
| FUNDO DESENVOLVIMENTO | 38.841,90 | 6.081,74 |
| FUNDO ASSISTENCIA SOCIAL | 54.880,50 | 7.522,65 |
| INSTITUTO PREVIDENCIA | 6.651,55 | 10.206,37 |
| PODER LEGISLATIVO | 38,41 | 592,70 |
| TOTAIS | 275.821,79 | 631.647,80 |
| | | 907.469,59 |

Resultado Primário

Resultado Nominal

Receitas de Alienação de Ativos e Aplicação de Recursos

Parcerias Publico Privadas

Índices Constitucionais:

Educação

FUNDEB

MDE 25%

Saúde

Aplicação Ações Saúde

Outros Recursos

Repasse a Câmara

**Segundo
Semestre
2018**

| RESULTADO PRIMARIO 2º SEMESTRE 2018 | |
|--|--------------------------|
| Receita PRIMÁRIA | R\$ 17.613.793,66 |
| Despesas Paga + RP Não Processado + Variação de Saldo RPP | R\$ 14.374.785,83 |
| Resultado primário antes do ajuste | R\$ 3.239.007,83 |
| Ajustes Calculo | R\$ 0,00 |
| Resultado primário FINAL | R\$ 3.239.007,83 |
| META FIXADA NA LDO | R\$ -646.900,00 |
| SITUAÇÃO | ATINGIDA |

| RESULTADO NOMINAL 2º SEMESTRE 2018 | |
|--|--------------------------|
| Receita NOMINAL | R\$ 17.613.793,66 |
| Despesas Paga + RP Não Processado + Variação de Saldo RPP - Juros e encargos | R\$ 14.374.785,83 |
| Resultado NOMINAL antes do ajuste | R\$ 3.307,352,65 |
| Ajustes Calculo | R\$ 1.817.897,56 |
| Resultado NOMINAL FINAL | R\$ 1.489.455,09 |
| META FIXADA NA LDO | R\$ -2.200.000,00 |
| SITUAÇÃO | ATINGIDA |

Receitas de alienação de Ativos e Aplicação de Recurso

| | |
|--|-------------|
| Receitas resultante de Alienação de Ativos | 0,00 |
|--|-------------|

| | |
|---|-------------|
| Aplicação dos recursos de alienação de ativos | 0,00 |
|---|-------------|

Despesa de caráter continuado derivadas de PPP

| | |
|--------------------|-------------|
| Total das despesas | 0,00 |
|--------------------|-------------|

● Receitas de Impostos e Transferências
Constitucionais até o 2º Semestre de 2018

R\$ 11.524.866,71

● Despesas realizadas em Educação até o 2º Semestre
de 2018

R\$ 3.146.982,11

27,31%

● Limite mínimo 25,00%

● Cumprindo assim o limite Constitucional artigo 212

- Recursos recebidos do FUNDEB até o 2º semestre de 2018

R\$ 2.355.178,03

- Despesas com pagamento dos profissionais do magistério até o 2º Semestre de 2018

R\$ 1.840.447,33

69,50%

- Limite mínimo de **60,00%**
- Ainda terá até o fim de ano para cumprimento

Gastos em Ações Públicas de Saúde

- Receitas de Impostos e Transferências Constitucionais até o 2º Semestre de 2018

R\$ 11.016.091,97

- Despesas em Ações Públicas de Saúde até o 2º semestre 2018

R\$ 2.945.641,56

27,02%

- Limite mínimo em % art. 198 C/F **15,00%**
- Cumprindo o preceito Constitucional

Outras despesas de Saúde SUS

- Receitas recebidas até o 2º Semestre de 2018
R\$ 1.421.154,28
- Despesas com saúde com uso de recursos do SUS
ate o 2º semestre 2018
R\$ 911.550,80

Transferências do SUS fundo a fundo FNS e FES

Repasse a Câmara Municipal

- Repasse Efetuado para o Câmara até o 2º semestre 2018

R\$ 745.873,20

- Comprometendo em 7,00% sobre as Receitas estabelecidas no Artigo 29-A da CF/88 do Exercício de 2017.
- Cumprindo Assim o Dispositivo Constitucional

PAGAMENTOS AO INSTITUTO DE PREVIDENCIA EXERCICIO DE 2018

| | |
|--------------------------------|------------------|
| Contribuição Alíquota Patronal | R\$ 817.375,07 |
| Repasse Desconto Segurados | R\$ 440.187,33 |
| Parcelamento de Débitos | R\$ 388.907,25 |
| | |
| Total Geral | R\$ 1.646.459,65 |

CONTATO

Contabilidade

Fone: (69) 3474 2050

E-mail: contabilidade.pmcro@gmail.com

Responsável Técnico: Jose Sergio dos Santos Cardoso

Obrigado a todos!!

Acesse!!!!

[http:// www.castanheiras.ro.gov.br](http://www.castanheiras.ro.gov.br)

<http://transparencia.castanheiras.ro.gov.br/>

Fonte de dados e informações: Contabilidade Municipal